

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
PRESIDÊNCIA

Publicado no DOE
Dia 22/23/ 10 / 11
Página 32
Caderno Executivo

CONVÊNIO Nº. 016/2011

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA -
JUCEB E A CÂMARA DE DIRIGENTES
LOJISTAS DE GUANAMBI TENDO COMO
INTERVENIENTE A FEDERAÇÃO DAS
CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS DA
BAHIA - FCDL.

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA, Autarquia Estadual, vinculada à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM, CNPJ nº 13.574.983/0001-11, com sede na cidade de Salvador, na Rua Miguel Calmon nº 28, Comércio, doravante designada simplesmente **JUCEB**, representada por seu Presidente, **Carlos Henrique de Azevedo Martins**, e a **CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE GUANAMBI**, CNPJ nº. 13.982.921/0001-49, com sede na cidade de Guanambi, na Av. Guanabara, nº. 45, Centro, CEP: 46.430-000, doravante denominada de **CÂMARA**, representada por sua Presidenta, **Alvisa Prates Mendes**, resolvem de comum acordo firmar o presente **CONVÊNIO**, com a intervenção da **FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS DA BAHIA - FCDL**, representada por seu Presidente, **Antoine Youssef Tawil**, mediante as disposições e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.O presente Convênio visa conferir condições legais ao **Escritório Regional de Guanambi**, que abrangerá o(s) município(s) do **13ª Território de Identidade do Estado da Bahia - Sertão Produtivo** para exercício descentralizado dos serviços do Registro do Comércio e Atividades Afins, delegando atribuições pertinentes aos serviços de protocolo, análise e expedição de processos, possibilitando simplificação e rapidez dos procedimentos relativos aos atos de registro e arquivamento do empresário individual e das sociedades empresárias e dos Agentes Auxiliares do Comércio nas instalações destinadas ao funcionamento descentralizado dos serviços da **JUCEB**, constituindo estrutura de alavancagem do desenvolvimento sócio-econômico da região onde se situa.



1.2. Os serviços de que trata esta cláusula serão desenvolvidos no horário comercial em período compreendido entre as 08:00 (horas) e 17:00 (horas), em local de fácil acesso, observando a inclusão dos portadores de necessidades especiais e boas condições para atendimento ao público em geral

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA JUCEB

A **JUCEB** obriga-se a:

2.1. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos formulários para impressão das Certidões, Etiquetas e Selos para autenticação de processos, Cartão de Protocolo e formulários informativos do Registro Empresarial.

2.2. Dar apoio técnico à Câmara de Dirigentes Lojistas de Guanambi, inclusive quanto ao treinamento e atualização do pessoal cedido pelo Município, mediante Convenio, no que tange aos procedimentos inerentes ao Registro Mercantil e Atividades Afins.

2.3. Manter procedimentos internos necessários ao atendimento e controle dos serviços delegados pela JUCEB por força deste Convênio.

2.4. Inspeccionar periodicamente, orientar e controlar a execução dos serviços, proporcionando pronto atendimento e solução das consultas que lhes sejam dirigidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA:

A **CÂMARA** obriga-se a:

3.1. Responsabilizar-se pelas condições necessárias a guarda dos formulários para impressão das Certidões, Etiquetas e Selos para autenticação de processos, Cartão de Protocolo e Formulários informativos do Registro Empresarial.

3.2. Observar as disposições da Resolução nº 23/97, do Plenário da **JUCEB** de cujo teor, por seu representante, declara ter ciência.

3.3. Destinar espaço físico apropriado à instalação da **JUCEB** para o pleno funcionamento do Escritório Regional no Município de Guanambi, ficando sob a sua responsabilidade todas as despesas com instalações, pessoal, equipamentos, material, conservação e manutenção, sem qualquer ônus para a **JUCEB**.

3.3.1. Utilizar a Logomarca da **JUCEB**, seguindo o padrão estabelecido pela Resolução Plenária nº 16/96 sendo que qualquer outra utilização só poderá ser permitida com prévia autorização escrita da Presidência desta Autarquia.



3.4. Colocar à disposição do Escritório da **JUCEB** funcionário(s) para realização dos serviços de que trata o presente Convênio, arcando com todas as despesas referentes às obrigações de natureza trabalhista, previdenciárias, securitárias e tributárias, não gerando para a Junta Comercial por força do presente Convênio, qualquer vínculo de origem trabalhista com o(s) mesmo(s), obrigando-se a apresentar mensalmente a **JUCEB**, o(s) comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS e cópia do contracheque do funcionário(s) colocado(s) à disposição dela.

3.4.1. O(s) funcionário(s) destacado(s) para realização do que trata a cláusula anterior, só poderá (ão) se afastar das atividades desenvolvidas no Escritório Regional após prévia comunicação, por escrito, da **CÂMARA** à **JUCEB**, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

3.4.2. Na hipótese do afastamento do funcionário ocorrer por motivo de força maior, deverá ser imediatamente comunicado à **JUCEB**, por escrito, para evitar solução de continuidade à prestação dos serviços.

3.4.3 - Em caso de aposentadoria, licenças ou exoneração do servidor colocado a disposição do Escritório Regional, será designado outro servidor, observando os mesmos requisitos e procedimentos indicados nas cláusulas deste Convênio.

3.5. Promover o recebimento, encaminhamento e posterior devolução de papéis e documentos dos usuários, para fins de registro ou arquivamento no Órgão sede em Salvador, mediante rotinas de serviços e orientações técnicas, previamente estabelecidas, tais como:

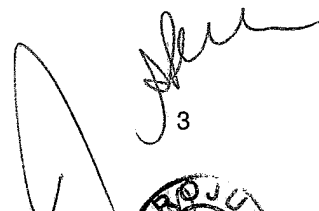

- a) Receber, protocolar e devolver documentos;
- b) Autenticar instrumentos de Escrituração das Empresas Mercantis e dos Agentes Auxiliares do Comércio;
- c) Expedir Certidões dos documentos arquivados e informar sobre a existência de nomes idênticos ou semelhantes;
- d) Expedir Carteira do Exercício Profissional;
- e) Proferir decisões singulares em processos de empresário e sociedades limitadas.

3.5.1. Os serviços indicados nos itens **b** e **e**, só poderão ser realizados por servidor público, devidamente credenciado por Portaria do Presidente da **JUCEB**.

3.5.2. Todos os serviços, antes da sua execução, deverão ter os respectivos pagamentos rigorosamente confirmados, observando as instruções fornecidas pela **JUCEB**.

3.6. Divulgar pelo menos uma vez por ano, nos meios de comunicação existentes na Região Administrativa a que pertence os serviços ora conveniados.

3.7. Observar durante a vigência do presente Convênio, todas as disposições de Lei que forem aplicáveis, bem como as Resoluções, Ordens de Serviço, Regulamentos, Normas e demais Instruções encaminhadas pela **JUCEB** que objetivem a melhoria da qualidade e o perfeito desenvolvimento do objeto deste Convênio.


3


CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DOS SERVIÇOS

4.1. A **CÂMARA** ora conveniente, na qualidade de Escritório Regional, fica autorizada a cobrar dos usuários os valores da Tabela de Prestação de Serviços Descentralizados em vigor, aprovada pela **JUCEB**, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 96/2003 do DNRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio que passa a ser parte integrante deste Convênio.

4.1.1. Do valor arrecadado, a **JUCEB** transferirá para a **CÂMARA** 25% (vinte e cinco por cento), a título de retribuição de valores destinados ao custeio operacional, conforme art. 1º da resolução plenária nº. 018/2011.

4.1.2. Acrescentar a este percentual 5% (cinco por cento), quando o escritório regional de Guanambi atender todas as demandas existentes no art. 2º, itens 1,2 e 3 da resolução plenária nº. 018/2011.

4.1.3. Quando da não confirmação do pagamento das taxas inerentes aos serviços prestados, os valores correspondentes serão deduzidos na operação de repasse.

4.1.4. O repasse será feito pela Junta Comercial da Bahia – **JUCEB** diretamente aos Escritórios Regionais, conforme art. 3º da resolução plenária nº. 018/2011.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente Convênio vigorará por prazo de 02 (dois) anos, a contar da data da sua publicação, ressalvada a hipótese de fato superveniente, prejudicial aos interesses dos serviços prestados, caso em que poderá ser denunciado pela **JUCEB**, mediante comunicação por escrito, sem necessidade de qualquer notificação prévia.

5.1.1. Qualquer das partes poderá, independentemente de causa e a seu juízo, denunciar este Convênio no decorrer da sua vigência, mediante comunicação prévia à outra parte, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1. A rescisão unilateral deste Convênio, por qualquer das partes contratantes, não gerará direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

6.2. Será considerado motivo de rescisão contratual o uso indevido do nome da Junta Comercial, a logomarca, os pertences como cofre, sinete e quaisquer materiais fornecidos pela Junta Comercial para utilização do Escritório Regional a serviço do Registro Mercantil.



CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1. Fica eleito o foro da cidade de Salvador - Ba, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para qualquer demanda decorrente deste Convênio.

E, por estarem assim acordados, firmam o presente Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Salvador, 28 de Setembro de 2011.


Carlos Henrique de Azevedo Martins
Presidente
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - JUCEB


ALVISA PRATES MENDES
Presidenta
CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE GUANAMBI


Antoine Youssef Tawil
Presidente
**FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS
DA BAHIA - FCDL**

TESTEMUNHAS:

1.

2.



constantes na legislação.

Insc. Estadual/CNPJ/CPPAF	Nome / Razão Social	Inspetoria	Prazo (dias)	Período
02.107.618	TANIA MARY GUMARRAS DA CUNHA	VARZEJO	10	10/09/2009

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA REGIÃO NORTE
INSPETORIA FAZENDÁRIA DE SERRINHA**

EDITAL DE INTIMAÇÃO N.º 21/2011

O Inspetor Fazendário da INFAZ-SERRINHA, no uso de suas atribuições utilizando o presente Edital, na forma do art. 108, § 1º do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF) aprovado pelo Decreto 7.629/99, em virtude de não se encontrar no endereço cadastrado na Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, fica o contribuinte abaixo relacionado, ciente da lavratura do Processo Administrativo Fiscal abaixo especificado, ao tempo em que intima o mesmo a comparecer à Inspeção Fazendária de SERRINHA, localizada à Pça Luiz Nogueira, nº 127, Bairro CENTRO na cidade de SERRINHA/BA, no prazo indicado, a contar do 3º dia da publicação deste Edital, para quitação do mesmo ou apresentação de DEFESA ao CONSEF. O não atendimento a esta intimação implicará na adoção das medidas constantes na legislação.

Número do PAF	Insc. Estadual	Nome / Razão Social	Prazo (dias)
333287000119	079333265	IPIRANGA SUPERMERCADOS LTDA	30

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO N.º 0019/2011

O Inspetor Fazendário da INFAZ - Itabuna/BA, no uso de suas atribuições, na forma do art. 108, III do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal aprovado pelo Decreto 7.629/99, intima o contribuinte abaixo relacionado a comparecer à respectiva Inspeção Fazendária, no prazo indicado, a contar do 3º dia da publicação deste Edital, para efetuar o pagamento do DÉBITO APURADO através da Notificação Fiscal abaixo relacionada ou apresentar a Defesa da mesma nos termos do Art. 51, inciso IV do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto 7.629 de 09 de Julho de 1999. O não atendimento a esta intimação implicará na adoção das medidas legais cabíveis. Maiores informações poderão ser obtidas na repartição local da Secretaria da Fazenda.

Notificação Fiscal	C/P/CNPJ	Nome / Razão Social	Prazo
9019043.125-11-5	16.557.8320011-00	COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE ITABUNA LIMITADA	30 DIAS
0018843.119-11-3	273.259.545-40	RECRULHIA DE SOUZA MAGALHÃES SILVA	30 DIAS

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA REGIÃO SUL
INSPETORIA FAZENDÁRIA DE BOM JESUS DA LAPA**

EDITAL DE INTIMAÇÃO N.º 09/2011

O Inspetor Fazendário da INFAZ-Bom Jesus da Lapa, no uso de suas atribuições, na forma do § 1º art. 108, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal aprovado pelo Decreto 7.629/99, intima o(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s) a comparecer (em) à Inspeção Fazendária de Bom Jesus da Lapa, localizada à Travessa Itapoá, nº 100, centro, na cidade de Bom Jesus da Lapa, a contar do 3º dia da publicação deste Edital, para atender solicitação abaixo, com vistas ao andamento do respectivo Processo Administrativo Fiscal. O não atendimento a esta intimação implicará na adoção das medidas constantes na legislação.

Número Processo	Inscrição, Enfatada	Nome / Razão Social	Finalidade	Prazo (dias)
9019043.120-11-3	0	DELRMANDO MESSIAS BATISTA	Câmbio de Letra de Notificação Fiscal	30

**SECRETARIA DA INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E MINERAÇÃO**

Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB

ATOS DA PRESIDÊNCIA

PORT. Nº 139/2011 - Designar o servidor ALESSANDRO ANTONIO DOS SANTOS, cad. nº 64522432-8, para proceder análise prévia em processos de transformação de empresário em sociedade limitada e de sociedade limitada em empresário. Ass. Ilrajá Pinho de Oliveira - Pres. de direito em exercício.

Resumo: 1º Termo Aditivo ao Convênio nº. 026/2010 celebrado entre a Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB e a Câmara de Dirigentes Lojistas da Camaçari, tendo como interveniente a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia - FCDL. OBJETO: Exercício descentralizado dos serviços do Registro do Comércio e atividades afins, delegando atribuições

pertinentes aos serviços de protocolo, análise e expedição de processos, mais as alterações nas cláusulas na qual incidir as obrigações da Juceb e do CDL, e ainda sobre os valores do serviço. Prazo: 28/09/2011 à 31/09/2012. Ass: Carlos Henrique Martins pela JUCEB, Pedro Luiz Failla pela CDL de Camaçari e Antoine Youssef Tawil pela FCDL.

Resumo: 1º Termo Aditivo ao Convênio nº. 006/2011, celebrado entre a Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Euclides da Cunha, tendo como interveniente a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia - FCDL. OBJETO: Exercício descentralizado dos serviços do Registro do Comércio e atividades afins, delegando atribuições pertinentes aos serviços de protocolo, análise e expedição de processos, mais as alterações nas cláusulas na qual incidir as obrigações da Juceb e do CDL, e ainda sobre os valores do serviço. Prazo: 28/09/2011 à 10/04/2013. Ass: Carlos Henrique Martins pela JUCEB, José Antônio Oliveira Santana pela CDL de Euclides da Cunha e Antoine Youssef Tawil pela FCDL.

Resumo: 1º Termo Aditivo ao Convênio nº. 006/2010 celebrado entre a Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Ibobrama, tendo como interveniente a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia - FCDL. OBJETO: Exercício descentralizado dos serviços do Registro do Comércio e atividades afins, delegando atribuições pertinentes aos serviços de protocolo, análise e expedição de processos, mais as alterações nas cláusulas na qual incidir as obrigações da Juceb e do CDL, e ainda sobre os valores do serviço. Prazo: 28/09/2011 à 18/04/2012. Ass: Carlos Henrique Martins pela JUCEB, Wilson Lino Vitor pela CDL de Ibobrama e Antoine Youssef Tawil pela FCDL.

Resumo: Convênio nº. 010/2011 celebrado entre a Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Alegóinhas, tendo como interveniente a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia - FCDL. OBJETO: Exercício descentralizado dos serviços do Registro do Comércio e atividades afins, delegando atribuições pertinentes aos serviços de protocolo, análise e expedição de processos. Prazo: 28/09/2011 à 27/09/2013. Ass: Carlos Henrique Martins pela JUCEB, João Eduardo Santos Araújo pela CDL de Alegóinhas e Antoine Youssef Tawil pela FCDL.

Resumo: Convênio nº. 011/2011 celebrado entre a Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Barreiras, tendo como interveniente a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia - FCDL. OBJETO: Exercício descentralizado dos serviços do Registro do Comércio e atividades afins, delegando atribuições pertinentes aos serviços de protocolo, análise e expedição de processos. Prazo: 28/09/2011 à 27/09/2013. Ass: Carlos Henrique Martins pela JUCEB, Maria Célia Kumagai pela CDL de Barreiras e Antoine Youssef Tawil pela FCDL.

Resumo: Convênio nº. 013/2011 celebrado entre a Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Brumado, tendo como interveniente a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia - FCDL. OBJETO: Exercício descentralizado dos serviços do Registro do Comércio e atividades afins, delegando atribuições pertinentes aos serviços de protocolo, análise e expedição de processos. Prazo: 28/09/2011 à 27/09/2013. Ass: Carlos Henrique Martins pela JUCEB, Manoel Messias Pereira da Silva pela CDL de Brumado e Antoine Youssef Tawil pela FCDL.

Resumo: Convênio nº. 017/2011 celebrado entre a Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Caetité, tendo como interveniente a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia - FCDL. OBJETO: Exercício descentralizado dos serviços do Registro do Comércio e atividades afins, delegando atribuições pertinentes aos serviços de protocolo, análise e expedição de processos. Prazo: 28/09/2011 à 27/09/2013. Ass: Carlos Henrique Martins pela JUCEB, Marcus Antônio Pereira da Silva pela CDL de Caetité e Antoine Youssef Tawil pela FCDL.

Resumo: Convênio nº. 016/2011 celebrado entre a Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Guanambi, tendo como interveniente a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia - FCDL. OBJETO: Exercício descentralizado dos serviços do Registro do Comércio e atividades afins, delegando atribuições pertinentes aos serviços de protocolo, análise e expedição de processos. Prazo: 28/09/2011 à 27/09/2013. Ass: Carlos Henrique Martins pela JUCEB, Alvisa Prates Mendes pela CDL de Guanambi e Antoine Youssef Tawil pela FCDL.

Resumo: Convênio nº. 015/2011 celebrado entre a Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Ilapetinga, tendo como interveniente a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia - FCDL. OBJETO: Exercício descentralizado dos serviços do Registro do Comércio e atividades afins, delegando atribuições pertinentes aos serviços de protocolo, análise e expedição de processos. Prazo: 28/09/2011 à 27/09/2013. Ass: Carlos Henrique Martins pela JUCEB, Oniel Silva Brandão Filho pela CDL de Ilapetinga e Antoine Youssef Tawil pela FCDL.

Resumo: Convênio nº. 019/2011 celebrado entre a Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Stª Maria da Vitória, tendo como interveniente a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia - FCDL. OBJETO: Exercício descentralizado dos serviços do Registro do Comércio e atividades afins, delegando atribuições pertinentes aos serviços de protocolo, análise e expedição de processos. Prazo: 28/09/2011 à 27/09/2013. Ass: Carlos Henrique Martins pela JUCEB, Cyro de Carvalho Ávila pela CDL de Stª Maria da Vitória e Antoine Youssef Tawil pela FCDL.

Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade - IBAMETRO

**PORTARIAS DE 21 DE OUTUBRO DE 2011
Nº 122/11**

O Diretor Geral do Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade - IBAMETRO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item 4º da Resolução CONMETRO nº 11/86 e de acordo com o item 6.3.3 da Portaria INMETRO nº 201/2002.

RESOLVÊ

1- Determinar que os proprietários de taxímetros deverão dirigir-se à PISTA DE VERIFICAÇÃO no Município de Itabuna, localizado no antigo aeroporto de Itabuna, bairro de Lomanto Junior, no período de 16 a 18; 21 a 25 e 28 a 30 de novembro das 08 às 12h e das 14 às 16h, conforme tabela abaixo, para que sejam verificados seus instrumentos.